A CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS IDADES: MULHERES ADULTAS DE HOJE E VELHAS DE AMANHÃ

Annete Langevin*

Trad. Regina Martins da Matta**

RESUMO: A partir de uma reflexão geral sobre as tentativas contemporâneas de redefinir prerrogativas para cada uma das idades do percurso da vida, o texto põe em questão o apogeu sócio-econômico do fim da idade adulta e como a desestabilização dos calendários femininos, ao mesmo tempo no mercado de trabalho e na esfera familiar, constitui uma desvantagem maior para a sobrevivência das mulheres no último terço da vida.

PALAVRAS-CHAVE: **Idade, percurso de vida, sexuação das idades, envelhecimento feminino, gênero e mercado de trabalho.**

Uma **história social das idades** enriquece a história econômica e cultural com tudo o que supõe em termos de adaptações e contradições. A idade é uma construção social que está sendo sempre retomada (ELIAS, N., 1992). As representações sociais do envelhecimento estão sempre se modificando em virtude de diversos fatores. Um consenso frágil parece estabelecer-se, mas é a seguir substituído por um discurso dominante que se torna, por um tempo, juiz e parte interessada do e no valor social das idades. A questão é importante, pois as representações sociais e culturais das etapas da duração humana, ao tempo em que organizam, a cada momento, uma visão simbólica do futuro, propõem enquadramentos sócio-econômicos e éticos dos comportamentos.

O envelhecimento é uma construção feita de passagens **obrigatórias** que delimitam e orientam a dinâmica do processo. As referências que

* Chargée de recherche do GEDISST – Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines – CNRS.
** Tradutora autônoma. Revisão de Tânia Franco.

organizam as representações do tempo nunca são anódinas. Elas permitem ver etapas normativas na construção do sentido da duração. Sua organização orienta os comportamentos e modifica as práticas.

Às idades do homem, idades da mulher, idades do rico ou do pobre, correspondem outros tantos *cursus* prescritos, passagens obrigatórias, ritmos favoráveis, que formam um todo que se traduz por uma escala social de valorização das idades.

INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ENVELHECIMENTO

O critério da idade é portador de múltiplas implicações econômicas, sociais e psicológicas. Os lugares onde se elabora a legitimidade das fronteiras de idade são múltiplos e procedem de lógicas diferentes. O discurso científico classifica, a medicina prescreve, o mercado de trabalho delimita, o direito fixa limites... Desse modo, a despeito do senso comum, os ritmos do avanço na idade são instáveis, modificam-se, e fronteiras que pontuam o percurso deslocam-se imperceptivelmente.

O avanço da idade é um processo cuja direção é irreversível, mas sua representação na sociedade repousa sobre um consenso frágil. Uma definição unificada da velhice e das etapas que a compõem é uma questão constantemente retomada. As conotações negativas ou positivas das imagens da velhice evoluem e testemunham, inicialmente, o estado da sociedade e as relações sociais que a dominam. A sexuação[1] das idades é um construto social e é uma prática profundamente interiorizada. É um indicador da hierarquia masculino/feminino, que ressurge, qualquer que seja a instância que domine sua construção. A esse respeito, o caso das evoluções do mercado de trabalho é exemplar. Uma reflexão sobre o envelhecimento feminino exige um breve panorama do enfoque do en-

[1] *Sexuation*, no texto de origem: palavra não-registrada pelo dicionário (ver Le Petit Robert, dictionnaire alphabétique et analogique de la langue française. Paris: Société du Nouveau Littré, 1981) seja em francês seja em português (ver Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986). Tendo a palavra sido adotada pela autora, ainda que existindo, no francês, o verbo *sexualiser* (atribuir um caráter sexual a alguma coisa, ver dicionário cit.), optou-se, nesta tradução, por também utilizar o neologismo (N.T.).

velhecimento pela demografia (e seu discurso peremptório) – uma vez que se situa na interseção dos campos médico e econômico – antes de abordar-se as evoluções da feminização do mercado de trabalho e seus efeitos ambíguos sobre uma redefinição do valor social das idades da mulher.

Desde que se iniciou o fenômeno do aumento da sobrevida em todas as idades e da extensão da faixa dos acima de 60 anos, o conjunto do modo de vida transformou-se consideravelmente. A seqüência final da vida tal como nós, coletivamente, a experimentamos hoje, é inédita, ao mesmo tempo, em duração e conteúdo.

Ultrapassar os 60 anos torna-se banal há pelo menos meio século. Aproximamo-nos um pouco mais do relógio biológico do tempo humano. O ordenamento do cortejo de idades e o recuo da mortalidade para o final do percurso é, portanto, um processo que ainda abala esquemas mentais e provoca atitudes de medo em face do envelhecimento, cujas raízes são muito antigas.

Em uma França em que um quinto da população ultrapassou os 60 anos, emerge uma reação contra uma **pedagogia da angústia**, que pesa significativamente. Um artigo do jornal *Le Monde* (outubro de 1993) relatando as etapas históricas do prolongamento da esperança de vida e comentando o quadro econômico e de saúde dos atuais aposentados traz, enfim, um título ratificante, que marca uma verdadeira reviravolta das mentalidades: **Velhos, ricos e em boa forma**.

O envelhecimento coletivo está no cerne de uma mutação tão importante e tão rápida que envelhecer ao raiar do século XXI é uma experiência coletiva cujo perfil ainda é desenhado com dificuldade. O processo está bem implantado, mas as imagens culturais do declínio e da decrepitude do fim da vida ainda agem sobre as mentalidades; enquanto isso, muitos dos discursos dominantes que, até aí, propunham referências de classificação, desestabilizam-se e estão à procura de novas racionalizações para reconstruir as normas das relações entre as idades.

DEMOGRAFIA E NORMATIVIDADE DO ENVELHECIMENTO

A despeito das suas certezas heurísticas, a demografia é o exemplo por excelência dos limites do impacto do discurso científico sobre a delimitação das idades e testemunha incertezas quanto à fiabilidade da sua prospecção dos efeitos do envelhecimento da população.

É à demografia que se devem alguns conceitos acompanhados de julgamentos de valor que marcaram significativamente nossa época. A metáfora da **esperança de vida** que resume uma metodologia bastante complexa, participou da pedagogia coletiva da tomada de consciência do fenômeno do envelhecimento coletivo da população. Com a constituição e a extensão progressiva dessa disciplina, a difusão da evolução dos números da mortalidade média vai pouco a pouco banalizar-se. A noção de esperança de vida torna-se uma fórmula cuja significação científica diluiu-se. De instrumento de medida, essa representação figurada dos dados sociais vai tornar-se uma referência do calendário humano individual que invadiu a consciência. Hoje, para o grande público, ela subentende sobretudo os anos posteriores à saída da condição salarial e a esperança de vida torna-se a **esperança em aposentadoria**.

A difusão dos efeitos previstos do envelhecimento da população desempenhou um papel importante na configuração dos ritmos e dos limiares e, ao mesmo tempo, no conteúdo sócio-econômico das idades do final da vida.

No prefácio de uma obra coletiva que reúne vários estudos sobre *Les aspects économiques du vieillissiment des hommes et des populations* (CLARK L., SPENGLER J.J., 1982), ALLFRED SAUVY fazia o esboço discreto do fenômeno do envelhecimento da população européia em torno de 1780. Na França, a progressão dos ganhos em longevidade é de uma rapidez impressionante: em 1820 a média de sobrevida era de 39,4 anos para os homens e de 40 anos para as mulheres, ou seja, verificava-se uma diferença relativamente baixa, de 0,6 anos, entre os sexos. Um século mais tarde, perto de 1930, a esperança de vida masculina é de 54 anos e a das mulheres é de 59 anos, ou seja, a distância é de 5 anos. Cinqüenta anos

mais tarde o patamar é de 70 anos para os homens e 78 para as mulheres, portanto, 8 anos de diferença.

Nós estamos ainda relativamente mal-adaptados a essa real mutação da longevidade média. Se remontamos dois séculos na história da população francesa, podemos ler, em estudo editado em 5 chuvoso, ano 9 (1801),[2] os mapas estatísticos de um jovem prefeito da Revolução, nomeado na região dos Alpes: *calculando o número de mortes desde a idade de um ano até cem e acima, encontra-se que a vida média dos homens durante o ano 7 (1799) foi de 28 anos, 2 meses e 19 dias; e a das mulheres foi de 29 anos, 11 meses e 28 dias*.

Desde o início da aceleração do fenômeno de sobrevida, a esperança de vida dos franceses praticamente dobrou.

Nessa área, a população francesa esteve, perigosamente, na dianteira em relação ao conjunto dos países industriais..., escreve A. SAUVY. Essa desconfiança contra a emergência de uma faixa etária de idosos demasiado fortemente representada vai estimular, durante meio século, todos esses que, sistematicamente, recorrem a uma argumentação numérica elementar para elaborar teses alarmistas. As perspectivas pessimistas e negativas da noção de envelhecimento, saídas desses comentários dos dados demográficos, vão estender-se e serão retomadas para o conjunto, ou quase, das análises sociais e políticas (BOURDELAIS, 1995).

O discurso dominante da demografia quanto aos malefícios da expansão numérica de uma geração de **velhos** reforça um dos arquétipos do pensamento social: o desequilíbrio da composição por idade da população constitui um perigo aritmeticamente incontornável. O prolongamento da duração da vida destruiria a harmonia das relações econômicas entre o número dos ativos, criadores de riquezas, e aquele dos inativos, que saem do campo da produção atingidos pelo envelhecimento. O envelhecimento da população só poderia ter efeitos nefastos nas diversas áreas: frear a produção, sufocar a criatividade, favorecer o conservantis-

---

2 De *pluviôse*, quinto mês (20 ou 21 de janeiro a 18 ou 19 de fevereiro) do calendário republicano francês, implantado quando da Revolução de 1789. (N.T.)

mo, aumentar os encargos sociais, levar à falência os sistemas de aposentadoria...

São as transformações econômicas, sociais e médicas que propiciam o prolongamento da longevidade e que alteram os modos de vida; entretanto, a antecipação negativa dos efeitos de um envelhecimento coletivo permanece fixado em uma recusa do progresso contra a doença e a morte.

Como restabelecer a "harmonia"? Veja-se a natalidade. Do ponto de vista exclusivamente da renovação das gerações, o passado nos mostra o quanto as evoluções esperadas serão, provavelmente, de fraca amplitude, na ausência de acontecimentos violentamente perturbadores. Parece vão preconizar uma real alteração das tendências, quando o número de filhos por família estabilizou-se e universalizou-se, representando um tipo ideal que se estendeu a toda a Europa industrial, quaisquer que sejam as pressões religiosas ou as ajudas do Estado. Na falta de estímulo eficaz à natalidade, pode-se imaginar o pior e antever mesmo uma estagnação (ou mesmo uma regressão) dos ganhos do envelhecimento. Entretanto, o pessimismo tem limites éticos.

Em *Crise financère et crise de population*, obra que data de 1938, A. SAUVY propõe um esquema que cruza o número de adultos por cem sexagenários, avaliando o crescimento dos encargos dos aposentados e das pensões por pessoa ativa, que se seguirá à multiplicação da faixa acima de 60 anos nos decênios a vir. Extrai daí conclusões alarmantes, fazendo projeções prolongadas até... 1985. O *leitmotiv* **Mas quem vai pagar as aposentadorias!** será incansavelmente retomado em nome de uma racionalidade científica da demonstração do desequilíbrio quantitativo. Até perto dos anos 80, a antecipação negativa do peso econômico e social desencadeado pelo inchamento dessa categoria de idade impôs-se como ponto de vista dominante nos discursos políticos e invadiu o campo da pesquisa em ciências humanas sem efetiva rediscussão (LE BRAS, H., TODD, E., 1981).

As marcas que ficaram são profundas, e as dificuldades econômicas do momento, que reconduziram ao horizonte do ano 2010, mantêm-se no cerne das afirmações desesperadas. A irrupção salvadora da geração do *baby-boom* de ontem, torna-se o catastrófico *papy-mamy-boom* de amanhã. **A França enruga-se**, é uma fórmula figurada e eficaz que opera um amálgama naturalista entre corpo humano e corpo social. O discurso de defesa da demografia põe em guarda contra uma **guerra das faixas etárias** que viria substituir a **luta de classes**.

É evidente que a percepção dos "ativos", na qual se fundamenta o raciocínio dos "equilíbrios harmoniosos", deixa um largo espaço à masculinidade do mercado de trabalho.

NÚMEROS, GRÁFICOS, METÁFORAS E CONSTRUÇÃO DOS LIMIARES DE IDADE

Estaremos de fato tão bem munidos metodologicamente para estudar a amplitude do fenômeno, escolher indicadores pertinentes e estabelecer novas perspectivas relativas ao envelhecimento?

O gráfico da pirâmide etária, por uma visualização extremamente simplificada da relação entre gerações e entre os sexos, facilitou a difusão dos conceitos e das deduções prospectivas. Os "atores" são aí tratados como unidades estatísticas intercambiáveis e inertes. Apenas duas variáveis são consideradas pertinentes das evoluções quantitativas: a acumulação dos anos de idade e o sexo. Essas variáveis são utilizadas na ocasião dos cortes sincrônicos sucessivos, em populações diferentes ou em épocas distantes umas das outras, e em categorias sociais indiferenciadas.

Em que momento a fronteira foi transposta? Hoje, não se tem segurança ao propor-se um limiar de idade para estabelecer a entrada na velhice, e as instituições, tais como o sistema de formação, a medicina ou o mercado de trabalho, que situam a passagem de uma idade para outra, multiplicam as proposições e são discordantes.

O método de recortes qüinqüenais, ditado pelos ritmos do recenseamento, teve por efeito mascarar muitas evoluções que transcendem as fronteiras. Oscila-se ainda entre 60 e 65 anos, segundo a pessoa se situe em um setor ou outro das leis sociais; conforme as proposições de pré-aposentadorias sejam mais vagas quanto à legitimidade das idades de atividade e de saída da condição salarial; segundo a atração do setor comercial pela geração dos aposentados confortavelmente indenizados revalorize o envelhecimento e faça recuar as fronteiras das interdições culturais do prazer de viver do idoso; e, ainda, a depender de se o ambiente se povoa de bisavós assumidos por sexagenários em forma e segundo o veredicto médico torne-se complexo e prudente, etc., etc...

A saúde e as etapas de sua degradação são ainda mal-avaliadas. A gerontologia é uma ciência recente que se fortalece e amplia seu campo gradativamente, continuando próxima de uma visão em que o envelhecimento é assimilado a uma doença de progressão regular e inelutável.

A velhice-doença propicia um amplo espaço à dependência econômica, emocional e pessoal do idoso, a partir de um amálgama das idades (LASLET, P., 1992). A degenerescência fisiológica que leva à morte comporta um aspecto aleatório, o dos ritmos com que aparecem as maiores deficiências físicas e mentais ao longo do envelhecimento. Há ainda muitos progressos a fazer no âmbito do conhecimento da evolução da morbidade e da degradação da saúde das pessoas que estão envelhecendo. Com os progressos da medicina, implantou-se **o ordenamento progressivo do cortejo das idades**, segundo a fórmula do demógrafo ALAIN GIRARD. Não somente a morte vem sempre no seu tempo, mas a morbidade recuou. Esse movimento geral de recuo ocorre em todas as faixas de idade, inclusive aquelas do fim da vida. Um sentimento de “morte prematura” impôs-se, no que concerne aos flagelos contemporâneos, tais que os acidentes nas estradas, o câncer ou a Aids, que provocam a morte em faixas de idade que precedem aquelas do final de percurso. O estreito laço entre o envelhecimento e a emergência acelerada da doença que acarreta invalidez continua sendo uma imagem forte e chegar aos cem

anos ainda parece uma conquista duvidosa, vivida na senilidade, no isolamento, na dependência. Jeanne Calment, a decana dos franceses que atingiram os 120 anos, é vista quase como uma obstinada da sobrevida.

O que resiste nas mentalidades é a idéia de que a degradação física acelerada e cumulativa, no final do percurso, adota um ritmo regular e válido para todos e em todos os lugares. Entretanto, há sinais persistentes de morbidade diferenciada e de desigualdades sociais em face da longevidade. As condições de vida, os postos de trabalho, o poder econômico, a formação, as aquisições culturais têm aí um papel maior e o envelhecimento fisiológico confunde-se estreitamente com o envelhecimento sócio-econômico.

O passado e o futuro da faixa acima de 60 anos não constitui um todo homogêneo. As diferenças de esperança de vida entre grupos sociais reduziram-se, sem, entretanto, desaparecerem. Mantêm-se diferenças notáveis de longevidade humana não somente entre os sexos, mas igualmente entre categorias sociais, entre urbanos e rurais... Os diferenciais de mortalidade e morbidade continuam a ser os indicadores de desigualdades persistentes. A continuidade das diferenças de longevidade entre os sexos constitui-se em um problema sócio-econômico conhecido, mas ainda negligenciado.

REPRESENTAÇÕES CULTURAIS E FANTASMAS COLETIVOS

Envelhecer é um naufrágio, disse A. MALRAUX. Na França, a depreciação do envelhecimento tem uma história cultural muito antiga. O temor de envelhecer degradando-se fisicamente e na miséria é um dos traços fundamentais de uma socialização informal, que volta periodicamente. A herança metafórica do doloroso caminho para a senilidade está presente ainda hoje nos modos de representação mais utilizados na difusão da estatística contemporânea. Pode-se citar como exemplo os gráficos em forma de pirâmide ou curva de Gauss, com suas inclinações ascendente e descendente.

A curva é um traço linear que aumenta visualmente a fase de apogeu e situa a apoteose no meio do percurso. Passada essa seqüência de plenitude, só resta descer os degraus das idades em direção da senilidade, tal como apresentada no *Images* de ÉPINAL: ... *ele declina, o edifício está ameaçado de ruína...* .

As representações em pirâmide ou em curva reconstróem essa hierarquia mítica de um processo que fortalece a argumentação de dependência cultural da última declividade do inverno da vida.

O antropomorfismo da topologia das durações nas quais se alimenta o discurso científico reforça a representação de uma coletividade apavorada com a velhice: **A França enruga-se**... .

A denúncia do envelhecimento como fator coletivo encontra-se então com o medo da morte, de que N. ELIAS (1987) diz tão bem: *os fantasmas coletivos em torno da morte é que são apavorantes, não a própria morte...* .

Restam-nos, em herança, estereótipos profundamente interiorizados e esquemas de pensamento que ainda são eficazes. Esses clichês pesam sobre as representações do envelhecimento, inclusive, evidentemente, sobre as abordagens sociológicas da área (LANGEVIN, A., 1995).

Unificar e reduzir o que faz parte da complexidade do arranjo dos calendários humanos, é ignorar as questões em torno da valorização social das idades (RICOEUR, P., 1980). É não reconhecer que é o estado em que se encontra a sociedade que fornece os meios e apresenta os princípios da tipologia das idades e de sua hierarquização nos sistemas de valor.

A COMPLEXIDADE DA ORGANIZAÇÃO DOS CALENDÁRIOS HUMANOS

A adoção dos 60 anos como limiar da entrada na velhice é feita de aproximações técnicas e científicas sucessivas, enquanto o fenômeno do envelhecimento progride a grandes passos e a seqüência do final da vida não cessa de crescer. Próximo de 1770, apenas 7% a 8% da população francesa ultrapassava os 70 anos. Essa representação não parou de am-

pliar-se regularmente e, cem anos mais tarde, perto de 1970, atinge, regularmente, 15% para os homens e 21% para as mulheres (QUANG-CHI, D., LEBAT, J.C., 1995).

Uma das características da virada da sociedade contemporânea é a confusão dos limiares de idade nas múltiplas áreas. A sobrevivência física da faixa acima de 60 anos deve ser recolocada no contexto em que se elabora o sentimento da idade. Várias áreas modelam as relações sociais que mantemos com as idades e com os calendários que marcam o percurso de vida.

Por muito tempo a arbitragem da medicina clínica influenciou decisivamente a pesquisa de uma argumentação científica da legitimidade da valorização social das idades. A medicina pré-moderna propunha uma escala da medida do tempo humano segundo o desgaste no trabalho. O estado em que se encontrava o conhecimento punha-se em conformidade com a atividade humana, que correspondia à indústria tayloriana. Esta criava passarelas entre o corpo humano e sua **força de trabalho**, entre os instrumentos da produção industrial e a evolução natural do indivíduo.

Não é mais possível voltar a situar o envelhecimento no esquema naturalista argumentado pela medicina clínica e nas suas normas de declínio das aptidões corporais e mentais. Diante da complexidade dos fenômenos biológicos revelados pelos métodos contemporâneos de exploração do corpo e da instauração de uma forma de produtividade cada vez mais informatizada e robotizada, a arbitragem médica é mais prudente no exercício do papel de juiz e de árbitro da classificação e da definição das fronteiras de idade.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DAS IDADES E MERCADO DE TRABALHO

O assalariado é parte interessada na pesquisa de um consenso quanto às etapas do curso da vida e o mercado de trabalho é um dos lugares em que se elaboram regras de legitimação do valor das idades. Uma série de estudos de J. STOETZEL, desenvolvida entre os anos 70 e 80,

ilustra de maneira exemplar a fragilidade e a complexidade do recurso ao critério de idade.

J. STOETZEL afirma, antes de tudo, o princípio da validade da referência de idade como medida estabilizada e intercambiável. Para ele, trata-se de uma *variável perfeitamente objetiva e particularmente fácil de avaliar* (STOETZEL, J., 1973). Desse modo, ele cruza dois critérios que entende como perfeitamente objetivos e mensuráveis: a idade e a renda.

Em seu estudo sobre o curso da vida segundo a condição social, o autor em questão classifica as rendas segundo a idade nas diferentes profissões (STOETZEL, J., 1980), o que o leva a várias constatações. Ele utiliza a convenção do desenho que corta em três fases o percurso profissional. Essa convenção é sempre utilizada na estatística do trabalho, mas não abrange mais as mesmas idades, mesmo se guardando seu poder de sugerir o crescimento, o apogeu e, a seguir, o declínio.

Um fator dominante emerge de suas observações e vem confundir o que se pode deduzir da sistematização dos dados, ou seja, a importância discriminante da *duração da permanência em cada uma destas três fases*. As seqüências das idades salariais não têm a mesma duração, variando segundo a posição da categoria na escala social. O que é esclarecedor é o valor da remuneração e, mais ainda, o tempo passado em cada patamar da curva salarial.

O curso da vida varia muito com a distribuição das rendas associada ao acúmulo das idades, porém o gráfico do envelhecimento progressivo das carreiras profissionais está estreitamente ligado ao aspecto sócio-profissional. No mundo operário começa-se mais cedo e mais cedo envelhece-se, declinando-se mais rapidamente depois de ter-se tido, evidentemente, um apogeu salarial mais discreto e mais fugaz. (As mentalidades refletem essa constatação e toda a cultura operária testemunha o sentimento do desgaste precoce e da brevidade do apogeu das idades da vida). Os recursos das categorias mais favorecidas, cuja curva de renda desenha-se mais lentamente, culminam a uma altura maior e por mais longo tempo. Além disso, também declinam muito mais lentamente. Esse privi-

légio do envelhecimento valorizado e prolongado das idades dos "notáveis" é uma norma social e cultural coletivamente legitimada. Sem pretendê-lo, STOETZEL desvela a aparente neutralidade do critério de idade. Ele chega a uma demonstração que põe em dúvida a objetividade do indicador **idade** como referência social e ressalta-lhe o caráter redutor.

Por outro lado, demonstra que a valorização estatutária das idades que se edifica no campo salarial utiliza, ao mesmo tempo, três medidas: a duração, a qualidade e os ritmos. Essas modalidades reunidas constituem-se no âmago das regulações que visam hierarquizar e determinar os posicionamentos. A extensão e a dinâmica do percurso dizem-nos tanto sobre a construção social das desigualdades de valorização social das idades quanto a redução da renda.

As regras do assalariamento no pós-guerra, que foram progressivamente implantadas antes de 1970, visavam introduzir a homogeneidade e, simultaneamente, o acúmulo regular e progressivo ao longo da carreira. A particularidade dos ritmos e estratégias de posicionamento e de mobilidade ascendente nas escalas salariais e os percursos "de antigüidade" foram uma tentativa de quebrar o declínio tradicional da curva das idades no mercado de trabalho. Esse tempo pleno das carreiras ascendentes, cuja maior coerência repousava na continuidade, é um modelo estritamente masculino, que não se podia aplicar à descontinuidade das carreiras femininas da época.

O MASCULINO E O FEMININO DAS IDADES E O SALARIATO

Para as duas últimas gerações assalariadas masculinas, as fronteiras de idade foram construídas mediante a edificação de uma condição salarial que reafirmava o longo prazo. Um procedimento estratégico comandou os momentos-chave e homogeneizou o percurso, indo desde a preparação para a entrada no mercado de trabalho à própria entrada neste e, na seqüência, até a aposentadoria.

A regulação das idades no feminino, desde que enquadrada pelo mercado de trabalho, tentou fundamentar-se em duas fontes: a vida profissional e a vida privada. O assalariamento feminino procedeu, preferencialmente, por limitação, e admitiu a descontinuidade profissional das mulheres, utilizando-se da antecipação das interrupções de trabalho devidas à maternidade e ao "absenteísmo" das mulheres esposas e mães.

A obrigação econômica profissional masculina é contínua, enquanto a condição salarial feminina, **descontínua**, é marcada pelo aleatório. Os projetos profissionais femininos são mais fluidos, pois são estruturados pela dependência em que estão dos ritmos exteriores familiares ou institucionais.

Até as proximidades dos anos 70, o desdobramento das idades masculinas é fortemente ditado pela obrigação salarial e o das mulheres é dominado pelo calendário de constituição da família. A valorização das idades masculinas está, antes de tudo, ligada aos ritmos sócio-profissionais, enquanto o das mulheres dá um maior espaço ao calendário da vida privada. Uma mulher é, então, jovem ou idosa principalmente em relação a suas oportunidades no mercado matrimonial e por sua capacidade potencial de trazer crianças ao mundo. O envelhecimento do sexo feminino está mais estreitamente ligado ao estado de funcionamento do corpo, segundo seu poder de sedução e sua capacidade de ter filhos, o que limita o apogeu de valorização e precipita o declínio. Idades de homem e idades de mulheres não estão submetidas aos mesmos critérios e não são nem equivalentes nem paralelas nem intercambiáveis.

Tempo fluido – traço reiterativo de atividades parceladas, interrompidas e não-cumuláveis – impedimento de projetos, confinamento no curto prazo, impossibilidade de organizar seqüências heterogêneas entre as atividades, incertezas socialmente elaboradas... caracterizam o percurso das idades no feminino. Vamos encontrar esses fatores de hierarquização do valor dado ao tempo, a cada vez que se apresenta a questão das desigualdades sociais.

O estudo atento da extensão do assalariamento dos calendários femininos mostra-nos os limites das diferenças culturais e sócio-econômicas da sexuação da idade, decorrente da feminização do mercado de trabalho na França. Vai constatar-se que a desigualdade de sua valorização tende a reintroduzir-se a partir dos mecanismos de desestabilização recente do mercado de trabalho.

Há 20 anos atrás (à época das encargos conjugais e maternais) uma mulher em duas, entre 25 e 49 anos, estava no mercado de trabalho; em 1993, elas são oito em dez. Em 20 anos o número de ativos aumentou em mais de quatro milhões. Esse crescimento deve-se, quase que totalmente, ao fato das mulheres representarem, em dez ativos, mais de nove ativos suplementares. Entre 25 e 49 anos, sua taxa de atividade eleva-se a 79,6% em 1993, contra 51,4% em 1973. Nove em dez mulheres de 25 a 49 anos, sem companheiro, são ativas, ou seja, são quase tantas quanto os homens da mesma idade.

A feminização do mercado de trabalho coincidiu com uma forte alteração dos setores de emprego: a expansão do terciário e do número de empregados, e a regressão dos setores industriais e agrícolas e de seus operários, qualificados e não-qualificados, favoreceram uma setorização por sexo. A maioria dos empregos femininos continua concentrada em alguns setores de atividade, reagrupados em um pequeno número de profissões fortemente feminizadas. O acesso a postos elevados nas hierarquias profissionais continua muito modesto, apesar do crescimento contínuo dos sucessos escolares femininos. A diferença de salário entre homens e mulheres é da ordem de 20% em média. O mercado de trabalho tende a reproduzir a separação por sexo das tarefas e também a desigualdade das rendas.

A feminização, em números, do mercado de trabalho em período de crise, não corresponde à extensão de um assalariamento, no padrão **masculino**, a toda a população, mas a uma recondução da hierarquia da desigualdade. Essa recondução é feita quando aumentam os empregos desqualificados e de duração intermitente, majoritariamente ocupados

pelas mulheres. O fluido, o fragmentado, o incerto, vão ganhar o mercado de trabalho no seu conjunto, mas bem mas intensamente para as mulheres.

Podem-se acumular os sinais da **feminização** desigual das idades no mercado de trabalho. A desqualificação do emprego feminino entre os empregados cresce paralelamente às novas entradas nos setores que se privatizam. O nível de precariedade dos empregos não-qualificados se eleva, correspondendo à multiplicação dos empregos com contratos "atípicos"; à transformação dos postos de trabalho estáveis em contratos por tempo determinado; e ao fato das situações em tempo integral reduzirem-se em benefício dos postos em tempo parcial (mais de 80% dos empregos em tempo parcial são ocupados por mulheres). Os empregos femininos são mais atingidos pelo desemprego e o período de tempo que as mulheres levam até se reinserirem no mercado de trabalho, depois de um desemprego, é mais longo que para os homens.

O fator idade está diretamente mobilizado no processo de desestabilização temporal. Ele atua mais intensamente em detrimento das mulheres que estão envelhecendo que contra os homens que estão ultrapassando os quarenta anos. A entrada no emprego é mais tardia para as jovens mulheres e o declínio do nível do rendimento salarial para as pessoas entre 25-49 anos, ao longo da vida profissional, é mais precoce no fim dessa seqüência de idade. Diminuem as oportunidades de reinserção em um emprego estável depois de um período de desemprego e, de 1983 a 1991, caem de 34% para 27%.

O emprego feminino, ao mesmo tempo em que aumenta em efetivos, precariza-se mais intensamente que o masculino (.....) e as idades femininas sofrem uma regulação específica, que é útil comparar à das categorias desfavorecidas dos estudos de J. STOETZEL dos anos 80. As carreiras salariais femininas atuais são iniciadas ligeiramente mais tarde e envelhecem mais cedo, declinando mais rapidamente, depois de terem conhecido um apogeu salarial mais fraco e mais fugaz.

Entre 40 e 50 anos, ainda mantêm-se ilhas de homogeneidade e de continuidade do percurso salarial, que concernem sobretudo a resquícios de ocupações no serviço público. A desestabilização da permanência nos empregos do terciário, que são fortemente feminizados, é, maciçamente, o que cabe a essas mulheres de 40 anos e mais.

A APOSENTADORIA E A DESIGUALDADE DA VALORIZAÇÃO SÓCIOECONÔMICA DAS IDADES

Hoje, 56% dos assalariados estão em atividade no momento da sua aposentadoria oficial, fixada aos 60 anos. A faixa acima de 50 anos representava 22% da população ativa em 1981, para 18% em 1989. Essa evicção do salariato é feita sob diversas formas de "aposentadoria progressiva de atividade", com um leque bastante aberto de diminuições dos recursos a partir de 50 anos. O pagamento em tempo parcial ou a desqualificação em fim de carreira são majoritariamente femininos. Mas as proposições de padrões de transição de pré-aposentadoria entre 53 e 57 anos, acompanhadas de ajudas do Estado, voltam-se, em sua maioria, para os empregos masculinos.

"Planos sociais" favoráveis à proteção do fim da carreira salarial foram aplicados ao longo dos anos 75 e 80 e acompanharam o desmantelamento dos setores industriais; eles beneficiaram sobretudo a mão-deobra masculina pouco qualificada.

O crescimento do desemprego ao fim do percurso salarial vai acelerar-se: em 1969, um terço dos desempregados de mais de 49 anos encontravam um novo emprego, ficando no limite de um para 16% em 1991. Nas proximidades dos anos 80, o número dos pré-aposentados aumenta sensivelmente para os de mais de 55 anos. A fronteira da idade do final do percurso salarial fixa-se na faixa acima de 60 anos; a partir de 1985, os desempregados **mais velhos** inscritos na ANPE[3] são indenizados

[3] *Agence Nationale pour l'Emploi*, Instituto Nacional para o Emprego (N. da pesquisadora Tânia Franco).

sem precisar procurar emprego. Essas medidas dão início a um movimento de exclusão por **pré-velhice salarial** que se aproxima cada vez mais da fronteira dos 50 anos.

A partir dos 50 anos, a probabilidade de encontrar um emprego estável depois de uma interrupção de um ano (ou mais) continua de 8% desde 1983. Quando as pessoas **acima de 49 anos** se reinserem na atividade assalariada depois de um desemprego, passam a ocupar, em sua maioria, postos precarizados, com duração limitada e com níveis salariais muito reduzidos em relação às remunerações anteriores à interrupção.

A observação atenta dessa pauperização disfarçada das idades do final do percurso salarial mostra-a fortemente sexuada (RÉVUE FRANÇAISE DES AFFAIRES SOCIALES, 1994).

O aspecto sexuado da aceleração da pauperização do estatuto salarial feminino no final do percurso é difícil de descrever com base nos dados quantitativos do mercado de trabalho. As desigualdades vão cruelmente revelar-se no momento em que se prepara a documentação para a aposentadoria. A aposentadoria coloca a nu a fragilidade dos recursos femininos na hora da saída da vida de trabalho.

O prolongamento diferencial da esperança de vida entre homens e mulheres criou um paradoxo. Uma demógrafa escreveu que, na França, ser "velho" é ser "velha". A dilatação geral do curso da vida teve como conseqüência o aumento dos anos de esperança de aposentadoria. A duração da vida fora do assalariamento estendeu-se – ela era fraca para a geração de mulheres nascida antes da Segunda Guerra, cuja longevidade situava-se em torno dos 61 anos. Hoje, a duração da esperança em aposentadoria para as mulheres ultrapassa 22 anos, supondo-se uma aposentadoria iniciada aos 60 anos (ANDRIAN, J., s.d.)

Ao longo dos últimos 25 anos, a exclusão do mercado de trabalho e a precariedade do emprego fendem o consenso da valorização das idades. O exercício de uma profissão e a independência econômica recentemente adquirida pelas mulheres desempenharam um papel inegável na

revalorização das idades de fim de vida para a geração do *working boom* feminino.

O ressurgimento contemporâneo do curto prazo que proíbe o projeto e impõe o fluido do amanhã atinge as mulheres que estão envelhecendo e pode-se constatar que a parcelização do tempo e as ruturas do ritmo sempre acompanham as estratégias de minimização. As incertezas quanto ao futuro desempenham seu papel de enfraquecerem ou marginalizarem. O impedimento do acúmulo estratégico é específico das idades inferiorizadas: idades de mulheres, idades de pobres, idades de velhos (LANGEVIN, A., 1997)

A população dos aposentados franceses dispõe, hoje, de um poder de compra que é objeto de muita cobiça, pois ultrapassa o das faixas de idades jovens, que padecem para entrar no mercado de trabalho. Esses octogenários em situação relativamente boa (por comparação) assumem uma parte das dificuldades econômicas dos filhos e, ainda mais, dos netos. Trata-se, majoritariamente, de mulheres sozinhas, que assumem essa ajuda pecuniária entre as gerações. Seja porque têm há um longo tempo um estatuto de chefe-de-família, seja porque sobreviveram aos companheiros.

O novo discurso de reabilitação das idades de fim de vida (**velho, ricos e em boa forma**), fala, de boa vontade, de unidades familiares e de seu nível de consumo (férias, serviço, reforma da casa...). Tais famílias são representativas das classes médias e dos funcionários com salário dobrado, que serão os únicos a se beneficiarem plenamente das aquisições sociais do pós-guerra.

Essas unidades familiares representam apenas uma fração da população. Não se devem negligenciar as mulheres que estão envelhecendo, inferiorizadas durante seu percurso salarial, muitas vezes sem companheiro no fim da vida, e que assumem, simultaneamente, papéis de apoio econômico na condição de filha, mãe ou avó.

Em menos de duas gerações, as mulheres viveram, incontestavelmente, uma notável melhoria de suas relações com as idades e com o

envelhecimento graças a uma mutação geral da sociedade. Mas não basta que as mulheres invistam no mercado de trabalho para que a desigualdade, devida ao sexo, relativa à autonomia econômica se apague. As diferenças entre masculino e feminino foram reconduzidas sob formas inéditas, que se refletem nas idades de fim de vida das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRIAN, Josiane
s.d Le déroulement de la carrière professionnelle des femmes à la cinquantaine. **Gérontologie e Société**, n. 70

BOURDELAIS
1995 Le vieillissiment de la population: question d'actualité ou notion obsolète? **Retraite et Société**, Paris, n. 9

CLARK L., SPENGLER J.J.
1982 **Les aspects économiques du vieillissiment des hommes et des populations**. Paris: Economica.

ELIAS, N.
1987 **La solitude des mourants.** Paris: Christian Bourgois (Collections Détroits). Édition originale allemande: **Ueber die Einsamkeit der Sterbenden**, Ed. Suhrkamp, 1982, augmentée de: **The loneliness of the Dying**. London: Basil Blackwell, 1985

ELIAS, N.
1992 **Time**: an essay. Oxford: Blackwell.

LANGEVIN, A.
1995 L'avancée en âge: maturation biologique et integration sociale. In: **Dialogue.** Paris.

LANGEVIN, A.
1997 Déstabilisation des temps sociaux et précarisation des statuts. In APPAY, B, THÉBAUD-MONY. **Précarisation sociale. Travail et santé**. Paris: CNRS/INSERM.

LASLET, P.
1992 *A* fresh map of life: the emergence of the third age. Présentation de l'oeuvre: **Sociétés Contemporaines**, n. 10,

LE BRAS, H., TODD, E.
1981 **L'invention de la France**. Paris: Le Livre de Poche. (Collec. Pluriel).

QUANG-CHI, Dinh, LEBAT, Jean-Claude
1995 **Projection de population totale pour la France, 1985-2040**. Paris. (Les collections de l' I.N.S.E.E, série D, n. 113).

RÉVUE FRANÇAISE DES AFFAIRES SOCIALES
1994 Ages dans l'emploi – âges dans le travail. Paris: n. 1, janv./mars. Numéro thématique.

RICOEUR, P.
1980 **Temps et récits.** Paris: Le Seuil
STOETZEL, J.
1973 L'âge et le revenu. **Revue Française de Sociologie**. Paris, n. 25.
STOETZEL, J.
1980 Le cours de la vie selon la condition sociale. **Revue Française de Sociologie**. Paris, n. 21.